

O sujeito oculto das remoções: empresariado e favelas na Guanabara (1962-1973)

The hidden subject of removals: entrepreneurs and favelas in Guanabara (1962-1973)

Marco Marques Pestana*

Resumo

No período 1962-1973, a cidade do Rio de Janeiro foi profundamente transformada por uma política de remoções sistemáticas de favelas. Embora a bibliografia sobre o tema tenha frequentemente indicado o alinhamento de tal política aos interesses dos capitais do setor imobiliário, existe uma escassez de pesquisas que se proponham a analisar a ação empresarial de maneira sistemática. No presente artigo, a política de remoções de favelas será analisada a partir do profundo embricamento entre as dimensões do Estado e da sociedade civil naquela quadra histórica. A hipótese a ser sustentada é a de que o empresariado do setor imobiliário não foi um beneficiário passivo de tal política, mas um agente decisivo em sua elaboração e implementação efetiva, encontrando especial abertura para sua atuação no período da ditadura empresarial-militar instalada em 1964.

Palavras-chave: empresariado; remoções de favelas; ampliação seletiva do Estado

Abstract

In the years 1962-1973, the city of Rio de Janeiro was deeply transformed by a policy of systematic slums removal. Although many past researches have frequently pointed to the alignment of such a policy to the interests of real estate capitals, this particular matter remains to be thoroughly examined. Therefore, the present article seeks to analyze the policy of favela removal taking into account the deep entanglement between the dimensions of State and civil society in that historical period. The main hypothesis is that the business community in real estate sector was not a passive beneficiary of such a policy, but a decisive agent in its design and effective implementation, specially during the military-entrepreneurial dictatorship that began in 1964.

Keywords: entrepreneurs; favela removal; selective extension of the State

* Doutor em História Social. Professor do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH/UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR) da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

A política de remoções sistemáticas de favelas que vigorou na cidade do Rio de Janeiro – então administrativamente organizada como estado da Guanabara¹ – ao longo do período 1962-1973 foi responsável por amplas transformações urbanas e sociais, que condicionam a anatomia da cidade até o presente momento. Em especial, a remoção de cerca de 140 mil pessoas oriundas de 80 favelas localizadas majoritariamente em áreas valorizadas no mercado imobiliário rumo a conjuntos habitacionais na periferia urbana contribuiu para aprofundar a segregação sociorracial que caracteriza a cidade desde meados do século XIX.² (Abreu, 2008; Campos, 2005) Nesse sentido, o caso do bairro da Lagoa constitui um exemplo ilustrativo. Tendo sido um dos principais focos do remocionismo, a Lagoa atualmente constitui um polo de valorização imobiliária, ao passo que apresenta a menor presença proporcional de negros (pretos e pardos) entre seus moradores. (Gusmão, 2015)

A depender do agente social a ser tomado como referência, esse processo de reorganização espacial assumiu significados diametralmente opostos. Por um lado, o deslocamento compulsório desestruturou as estratégias e condições de vida das milhares de famílias removidas, que foram privadas de suas redes de sociabilidade, afastadas de seus locais de trabalho e alocadas em regiões com escassez de infraestrutura urbana. Por outro lado, a construção dos mais de vinte conjuntos habitacionais que as receberam e o aproveitamento dos terrenos liberados pelas remoções abriram enormes oportunidades de obtenção de lucros para os capitais privados operantes no setor imobiliário (com destaque para os voltados às atividades de incorporação e construção).

Na bibliografia acadêmica dedicada ao tema das remoções de favelas, a atenção devotada a esses dois aspectos tem sido desigual. A relativa profusão de informações e análises sobre os removidos contrasta fortemente com a escassez de estudos que tomem como objeto prioritário de sua atenção as conexões entre o empresariado e a política remocionista. Em particular, destaca-se o crescente acúmulo de estudos acerca das entidades e mobilizações dos favelados (Lima, 1989; Oakim, 2014) em oposição à quase total ausência de análises que enfoquem o empresariado como um ator político organizado. O presente artigo será devotado à apresentação de uma contribuição para o preenchimento dessa lacuna.

Inicialmente será desenvolvida uma avaliação da bibliografia disponível sobre as remoções, ressaltando as informações mais relevantes acerca da presença empresarial, mas também identificando as concepções teóricas que sustentam – implícita ou explicitamente – as diferentes visões acerca da relação entre empresariado e Estado.

¹ A condição de estado da Guanabara (1960-1975) foi uma das múltiplas configurações administrativas assumidas pela cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história, tais como município neutro, capital federal e capital do estado do Rio de Janeiro. Sobre a dinâmica política da Guanabara, cf. Motta (2000).

² Nas condições históricas do capitalismo dependente brasileiro, a segregação que caracteriza a cidade do Rio de Janeiro foi construída pela articulação dos processos de mercantilização do espaço urbano e de expressão do racismo estrutural no mercado de trabalho, nas relações cotidianas e no ordenamento jurídico, resultando em uma composição da classe trabalhadora em que as/os negras/os predominam nos extratos mais pauperizados, bem como nos espaços mais precarizados de moradia.

Na sequência, o delineamento de uma abordagem alternativa, lastreada na historiografia de matriz gramsciana, constituirá o marco fundamental para a apresentação dos resultados da investigação empírica. Essa investigação mapeou as entidades e os intelectuais organicamente articulados aos interesses dos capitais do setor imobiliário que figuraram como elaboradores e/ou operadores da política remocionista. A hipótese a ser sustentada é a de que o empresariado do setor imobiliário não foi um beneficiário passivo da política de remoções de favelas, mas um agente decisivo em sua elaboração e implementação efetiva, por meio de diversas modalidades de penetração de seus aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos no aparato estatal, com especial intensidade no período pós-1964. Por fim, são apresentados breves comentários acerca da dinâmica histórica de interação entre sociedade civil e Estado no Brasil à luz da análise do remocionismo.

1. Reunindo informações dispersas: o empresariado na bibliografia sobre as remoções

Os primeiros trabalhos acerca das remoções sistemáticas de favelas surgiram ainda nos anos 1960, em paralelo à adoção daquela política pública. Produzidos no campo da Antropologia, enfocaram o arcabouço institucional que sustentava o remocionismo, suas justificativas ideológicas e os impactos sobre a vida dos removidos. Já nessa primeira leva de estudos, a conexão da política remocionista com interesses empresariais foi claramente afirmada, conforme exemplificado por Licia Valladares:

Acabar com as favelas implicava diretamente a construção, em larga escala, de unidades habitacionais para as famílias removidas, o que contribuiria para incrementar a construção civil.

[...] desde o final dos anos 50, o setor da construção civil encontrava-se, tanto a nível nacional como local, em fase de estagnação. [...] No Rio de Janeiro, a reativação do setor esteve claramente ligada à construção habitacional. (Valladares, 1980, p. 33-34)

Segundo a autora, portanto, o desenho concreto da política de remoções atenderia de forma direta a interesses de frações específicas das classes dominantes, oferecendo oportunidades de valorização para setores do capital. Apesar da contundência de sua afirmação – presente também na identificação da “especulação imobiliária” como outro dos “interesses em jogo” (*ibidem*, p. 30-32) –, esse tema não mereceu um tratamento analítico mais elaborado, e suas considerações acerca do tema apenas compuseram um pano de fundo.

Produzindo no mesmo período que Valladares, Janice Perlman operou uma dupla mudança de enfoque – do econômico para o político e de frações das classes dominantes para o seu conjunto – para analisar a ideologia que sustentava e era reproduzida pelo remocionismo. Sua conclusão foi de que tal ideologia resultava no apassivamento político de parcelas das classes subalternas, legitimando sua compreensão do remocionismo como uma das “políticas das classes dominantes”. (Perlman, 1977, p. 17; 292-294)

Apesar de suas diferenças, em ambos os trabalhos o empresariado é fundamentalmente apresentado como beneficiário passivo da política remocionista, não sendo atribuído a ele papel ativo na sua elaboração ou implementação. Lastreando-se na obra de Fernando Henrique Cardoso, Valladares chega a apontar a inexistência de uma

consciência de classe do empresariado. (Valladares, 1980, p. 122-123) O resultado do apagamento da ação empresarial é a atribuição ao Estado da condição de agente fundamental – ou único – da política de remoções. Tratam-se, assim, de materializações das posições teóricas rotuladas por Nicos Poulantzas como tributárias da noção de um “Estado como *sujeito*”. (Poulantzas, 1981, p. 147-148) Excessivamente fechado em si mesmo, esse Estado, embora não entendido como neutro, é concebido como impermeável a influências da sociedade civil e aparece como sujeito quase absoluto de seu próprio funcionamento e responsável exclusivo pela dinâmica das políticas públicas. Nesse quadro, as contradições evidenciadas são aquelas que opõem o Estado como um bloco a determinada classe social (do campo dos subalternizados), ou aquelas que se verificam entre diferentes agências do próprio aparato estatal.

Em larga medida, essa compreensão deriva da influência da Sociologia Urbana francesa de matriz marxista sobre os estudos produzidos naquele período, em especial os trabalhos de Manuel Castells que desembocaram em sua obra clássica, *A questão urbana* (1983), originalmente publicada em 1972. Partindo da identificação de contradições urbanas decorrentes do desenvolvimento capitalista, isso é, tensões entre as necessidades de acumulação do capital e as condições de reprodução da força de trabalho, Castells tematiza o urbano como objeto e espaço de conflitos sociais. Entretanto, o faz ressaltando os embates entre o Estado e os movimentos sociais das classes subalternizadas, de modo que os interesses capitalistas aparecem claramente expressos, mas não organizados fora do guarda-chuva do Estado.

No debate sobre as remoções no Rio de Janeiro, essa moldura teórica foi incorporada por Valladares e Perlman no bojo de um debate mais amplo acerca do papel do Banco Nacional de Habitação (BNH) na estruturação econômica – em apoio às necessidades da acumulação capitalista – e na legitimação política da ditadura instalada pelo golpe de 1964 junto às classes subalternizadas. (Azevedo & Andrade, 2011; Portes, 1977) Tais indicações são particularmente necessárias na medida em que a obra de Castells e outras elaborações da Sociologia Urbana francesa permaneceram como interlocutores implícitos ou explícitos das gerações seguintes de pesquisadores do remocionismo, ainda que muitas vezes de forma eminentemente crítica. (Lima, 1989) Da mesma maneira, a preocupação com a função e o papel do BNH ao longo do regime ditatorial permaneceu presente nas agendas de pesquisa subsequentes.

Partindo dessas obras iniciais, nas décadas seguintes, pesquisas conduzidas no interior de distintas disciplinas (como Educação, Ciência Política e História) passaram a identificar uma miríade de formas concretas pelas quais o empresariado interveio diretamente nos rumos da política remocionista. Nesse sentido, os trabalhos de Victor Valla e Mario Brum ressaltaram o papel da Ação Comunitária do Brasil (ACB), uma entidade fundada e mantida por empresários de variados setores, no esforço de convencimento dos removidos a se adaptarem à nova situação, através do suposto treinamento para a vida nos conjuntos e da oferta de cursos de qualificação profissional. Note-se que, embora tenha se originado de uma iniciativa no campo da sociedade civil, a ACB chegou a ser incorporada ao rol de agentes oficialmente responsáveis pela política remocionista, atuando sob a coordenação do Estado. (Valla, 1986, p. 104-107; Brum, 2012, p. 103-105)

Nísia Lima foi pioneira na identificação das ações empresariais que objetivavam limitar politicamente o movimento de favelados por meio de contatos com a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), que desempenhou papel-chave na resistência à política remocionista. Segundo sua pesquisa, algumas das lideranças atuantes na primeira fase da FAFEG (1963-1965, grosso modo) receberam apoio financeiro e logístico, bem como formação política, de grandes empresas e entidades ligadas a setores do empresariado. Em especial, as partícipes da articulação golpista que depôs o governo de João Goulart sob a coordenação do Instituto de Políticas e Estudos Sociais (IPES), tais como o Movimento Rearmamento Moral, a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos, a McCann Erikson, a CDTC e a Ducal. (Lima, 1989, p. 184-188) Note-se, ainda, que em seu intento de ultrapassar os limites da Sociologia Urbana francesa, Lima recorreu ao arcabouço teórico de outra vertente marxista da teoria social, a História Social inglesa (Thompson, 1979), que ressalta a agência das classes sociais nos conflitos e seu impacto no processo de elaboração de sua consciência. Em seu trabalho, entretanto, tal enfoque ficou restrito à análise da atuação dos favelados, não sendo estendido às organizações mantidas pelo empresariado.

Já na seara da legitimação das remoções junto a outras parcelas da população, Danielle Bittencourt enfocou os estudos do Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME), o qual era dirigido por um grupo de empresários atuantes no setor imobiliário. Sua análise demonstra como, sob a aparência de rigor científico, o IPEME apresentou uma proposta de organização do espaço urbano carioca segundo a sua divisão em distintos setores geográficos. De acordo com seus critérios, as remoções seriam indicadas apenas para as favelas de alguns setores, precisamente os de maior interesse para o capital imobiliário. Uma vez publicados na segunda metade dos anos 1950, os estudos do IPEME tiveram ampla divulgação na imprensa empresarial, com destaque para o *Correio da Manhã*, potencializando seu efeito de justificação das remoções. (Bittencourt, 2012, p. 37-41)

Por sua vez, Mario Brum trouxe à baila um estudo publicado em 1968 pelo Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (IDEG). (Brum, 2012, p. 97-103) O referido estudo sustentava que

A ocorrência de favelas nas áreas de maior concentração industrial encerra, sem dúvida, um aspecto benéfico para a atividade fabril, que pode ser traduzido pela possibilidade de captação de mão-de-obra em locais próximos às fábricas. (IDEG, 1968, p. 29)

Criado por associações representativas de industriais cariocas, o IDEG corroborava tanto as propostas do IPEME, quanto as orientações praticadas pela política remocionista, na medida em que ambos advogavam a manutenção das favelas localizadas nas áreas de maior concentração fabril, deslocando o foco das remoções para outras regiões. Evidencia-se, assim, a amplitude do interesse despertado pelo remocionismo, atraindo a atenção também de entidades ligadas a capitais não diretamente envolvidos na produção habitacional, bem como a possibilidade de conciliação dos interesses de múltiplas frações do empresariado por meio daquela política.

Numa apreciação geral desse conjunto de trabalhos, caracterizado por grande diversidade no tocante aos períodos de produção, às áreas disciplinares e às proble-

máticas construídas, deve-se partir da observação de que nenhum deles tomou a relação entre empresariado e Estado no âmbito das políticas remocionistas como objeto primacial. Sendo assim, os dados empíricos por eles apresentados que possibilitam a iluminação dessa questão aparecem de maneira lateral, ou subordinados a outras preocupações analíticas, o que torna mais delicada uma apreciação dos fundamentos teóricos relacionados a essa problemática. A despeito disso, no tocante a esse ponto, é possível organizá-los em três enfoques distintos.

O primeiro deles compreende os trabalhos de Bittencourt (2012) e Brum (2012), que não apresentam uma compreensão teórica sistematizada sobre o Estado. Apesar disso, suas indicações empíricas sugerem, pelo menos, duas diferenças em relação aos trabalhos pioneiros de Valladares (1980) e Perlman (1977). De um lado, a compreensão do empresariado como um sujeito ativo, capaz de se organizar em torno de interesses e projetos e atuar para viabilizá-los. De outro lado, a identificação de uma porosidade do aparato estatal a tais iniciativas empresariais. Assim, em lugar de uma relação unilateral, de recebimento passivo de benefícios oriundos de um Estado sujeito, emerge uma dinâmica um pouco mais complexa, em que os dois polos da relação se movem.

Uma segunda abordagem destaca-se na dissertação de Lima, que teoriza o Estado “como expressão de relações concretas de dominação e de diferentes projetos e práticas políticas existentes na sociedade”. (Lima, 1989, p. 28-29) Trata-se, portanto, da explicitação de uma concepção de Estado que o vincula explicitamente à dinâmica conflitiva inerente à sociedade capitalista. (*ibidem*, p. 19-25) É a compreensão dessa conflitividade que ilumina a abordagem de Lima sobre as ações empresariais junto ao próprio movimento de favelados. Afinal, a neutralização do potencial disruptivo das mobilizações dos favelados possibilitaria um maior controle das classes dominantes sobre o curso adotado pelo Estado, não apenas no tocante às políticas públicas para as favelas, mas também para a sua conformação geral.

A terceira e última matriz teórica pode ser identificada no estudo coordenado por Valla (1986). Seu objeto de análise é um corpo de variadas iniciativas de educação popular em favelas, em especial aquelas voltadas para o incentivo ao chamado “desenvolvimento comunitário”³ e operadas por agências estatais e/ou setores da Igreja Católica. Reivindicando o arcabouço conceitual desenvolvido por Antonio Gramsci, os autores compreendem tais iniciativas como expressão da “ação institucional dos grupos dominantes”. (*ibidem*, p. 22) Dessa forma, se o trabalho de Lima avançou no sentido de indicar que a atuação estatal é tributária de conflitos que se desenrolam fora de suas fronteiras, o texto coordenado por Valla percorre o caminho inverso, partindo de dentro para fora do aparato de Estado. Trata-se de investigar a incidência da ação estatal sobre os grupos sociais subalternos, moldando sua atividade aos requisitos da sociabilidade do capitalismo dependente.

Considerando a totalidade desses trabalhos, é possível asseverar que, tomando os trabalhos de Valladares (1980) e Perlman (1977) como um ponto de partida, houve importantes contribuições empíricas e um acúmulo – ainda que desigual – de elabo-

³ Concepção segundo a qual as camadas mais pauperizadas da população disporiam de recursos para viabilizar a melhoria das suas próprias condições de vida, bastando um engajamento coletivo nesse processo e apoio técnico das autoridades públicas. A perspectiva final era a de obtenção de uma “integração à vida nacional”. (Valla, 1986, p. 67-68)

rações teóricas acerca da relação entre o empresariado e a política de remoções sistêmicas de favelas no estado da Guanabara. Nesse sentido, pode-se dizer que tais contribuições tornaram possível entrever o empresariado como um ator político organizado em entidades distintas do Estado, ainda que a ele articuladas de forma próxima. Permanece, entretanto, a ausência de uma investigação sistemática do problema em questão, que torne possível a construção de um quadro mais abrangente e uma compreensão mais articulada.

2. Uma senda profícua: empresariado e ditadura na historiografia gramsciana

A fim de avançar no sentido acima destacado, faz-se necessário recorrer a um arcabouço teórico capaz de, simultaneamente, lastrear uma compreensão multifacetada das classes dominantes, que evite retratá-las como um bloco relativamente indiferenciado, e iluminar as formas e o sentido das conexões entre as organizações que concretizam essa multiplicidade e o aparato estatal. O veio mais profícuo de tal arcabouço vem sendo desenvolvido ao longo das últimas quatro décadas por algumas linhagens de pesquisadores que investigam a ação política empresarial a partir do legado teórico de Antonio Gramsci acerca da ampliação do Estado por meio da atuação dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) na sociedade civil, com destaque para o período da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964.

A inauguração de uma dessas linhagens coube ao cientista político René Dreifuss, por meio de sua monumental obra *1964: a conquista do Estado*. (Dreifuss, 1981) No livro, destaca-se a trajetória do IPES como ponto de aglutinação da “elite orgânica”, entendida como o “núcleo militante dos intelectuais orgânicos, [...] atuando como a vanguarda da classe social” (*ibidem*, p. 209, nota 2), da fração multinacional e associada do capital. Em especial, Dreifuss enfoca os processos pelos quais foi possível soldar os interesses dessa fração a outros setores do capital e, a partir de 1964, inscrevê-los na própria reestruturação do aparato estatal, constituindo, assim, a sua hegemonia. Por meio do conceito de “elite orgânica”, sua abordagem valoriza a dimensão propriamente política da agência social, com seus ritmos, formas e sentidos particulares. A imagem do regime ditatorial que emerge dessa análise é, portanto, a do resultado de um processo longa e cuidadosamente gestado, em que sobressai a ação dessa elite orgânica, superando as abordagens do Estado como sujeito, bem como as concepções monolíticas ou excessivamente fragmentadas da burguesia.

Essa tradição analítica foi aprofundada, a partir dos anos 1990, pela vasta obra da historiadora Sonia Mendonça. Para além de investigações empíricas acerca das organizações da burguesia agrária (Mendonça, 2010), Mendonça se destacou por sistematizar uma metodologia de análise da atuação do aparato estatal em que, em síntese, “o que se propõe é que, para chegarmos ao Estado, em seu sentido estrito, deve-se partir do estudo da Sociedade Civil e não o contrário, como prepondera na historiografia”. (Mendonça, 2007, p. 7-8)

Mais recentemente, Pedro Campos valeu-se desses aportes teórico-metodológicos para analisar especificamente a atuação do empresariado do setor da construção civil, com destaque para os empreiteiros da construção pesada, ao longo do período ditatorial. Sua conclusão é a de que aquele período foi marcado tanto pela emergência da configuração monopolista do capital da construção civil, quanto pela centralidade

de sua ação na “manutenção do bloco de poder no regime pós-1964, sendo um dos principais grupos sociais responsáveis pela ditadura”. (Campos, 2014, p. 411; 416) Embora não analise mais detidamente a atuação do capital da construção imobiliária, a obra de Campos reveste-se de particular relevância na medida em que muitas das organizações do empresariado da construção na sociedade civil aglutinavam empresas atuantes nos distintos ramos do setor.

Outra linhagem de leitura da obra gramsciana, mais temperada por outras referências, tem seu ponto de apoio nos trabalhos de Renato Boschi e Eli Diniz, que procederam a um minucioso exame da ação empresarial na determinação das políticas públicas nacionais. Sua contribuição destaca-se pela percepção não apenas da multiplicidade das frações empresariais, mas, também, da coexistência de entidades de naturezas diversas na organização dos interesses de uma mesma fração. Em uma tipologia que ilumina parte da dinâmica do setor da construção nos anos 1970, indicam, por exemplo, que as chamadas associações paralelas “tenderiam a congregar os interesses da grande empresa, canalizando-os para o aparato do Estado”, ao passo que os “sindicatos englobariam fundamentalmente as pequenas e médias empresas, num estilo mais ‘político’ de atuação”. (Diniz & Boschi, 1978, p. 178)

3. O empresariado do setor imobiliário e as remoções de favelas

Partindo de tais considerações, é possível remeter a compreensão da dinâmica da política de remoções de favelas do período 1962-1973 às ações dos APHs e intelectuais orgânicos vinculados aos capitais do setor imobiliário, que tiveram alguns interesses econômicos diretamente atendidos pelo remocionismo. Nessa seção, será apresentado um levantamento da presença de tais APHs e intelectuais orgânicos nas agências públicas responsáveis pela elaboração e pela execução de tal política.⁴ Esse levantamento foi elaborado a partir de consultas a uma gama variada de fontes primárias e secundárias, destacando-se dentre as primeiras os jornais de grande circulação, os relatórios produzidos por agências estatais e a documentação de entidades empresariais. Esse procedimento possibilitou superar algumas dificuldades, como a dispersão dos documentos produzidos pelo poder público e o bloqueio dos acervos privados de algumas entidades empresariais.

Antes de apresentar o painel resultante dessa investigação, entretanto, faz-se necessário esboçar uma síntese da trajetória institucional da política remocionista, evidenciando o papel específico de cada um dos entes estatais responsáveis por sua operacionalização ao longo do tempo. O primeiro arranjo institucional consolidado foi estabelecido pela reforma administrativa do estado da Guanabara, em dezembro de 1962.⁵ Nesse momento foi criada a Secretaria dos Serviços Sociais (SSS), à qual ficavam

⁴ A análise desse aspecto não esgota a problemática da relação entre aqueles setores empresariais e as políticas de remoção de favelas. Para uma investigação de outros aspectos, ver Pestana (2022, p. 39-157).

⁵ É importante salientar que as alterações administrativas implementadas a partir do final de 1962, as quais constituíram o arcabouço institucional da política remocionista, significaram o aprofundamento de uma ruptura do governo Lacerda (UDN) com a política que havia implementado até meados daquele ano. Com efeito, desde sua eleição em 1960, Lacerda contara com a presença de José Arthur Rios na chefia da então Coordenação dos Serviços

subordinados o Departamento de Recuperação de Favelas (DRF) e a recém-criada Companhia de Habitação Popular (COHAB). Em 1964, a Fundação Leão XIII, fundada por setores da Igreja Católica e posteriormente incorporada pela máquina estadual, seria incluída no rol das entidades comandadas pela SSS.

Sob a coordenação da SSS, a Leão XIII e os serviços sociais das Administrações Regionais ficaram responsáveis por cadastrar as famílias que seriam removidas. À COHAB, cabia a edificação e a administração dos conjuntos habitacionais que receberiam os favelados. Instituída sob a forma de “empresa de economia mista”, a Companhia possuía flexibilidade para escapar aos controles do Legislativo e estava autorizada a executar operações como a compra de terrenos e a contratação de empresas construtoras. Em sua composição acionária, o governo estadual reteve uma posição majoritária, ficando 49% da participação privada nas mãos de aliados do governador Carlos Lacerda (UDN). (Perez, 2007, p. 178-186; Leeds & Leeds, 1978, p. 214-216; Gonçalves, 2013, p. 15-16) Especialmente nesse primeiro momento, a política de remoções foi parcialmente financiada pela Aliança Para o Progresso (ALPRO), uma iniciativa do governo de John Kennedy (EUA) em resposta à revolução cubana de 1959. Para evitar a emergência de novos movimentos revolucionários, os EUA passaram a financiar programas de diversos governos latino-americanos que impactassem positivamente os indicadores sociais, aí incluídas as iniciativas no campo habitacional.

Em outubro de 1964, verificou-se uma mudança significativa, com a criação do BNH pelo governo federal. De acordo com a lei 4.380, o BNH seria o primeiro agente do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), composto por órgãos de todos os níveis da federação, sociedades de crédito imobiliário, cooperativas habitacionais, bancos, dentre outros. O objetivo principal do sistema era alavancar a aquisição da habitação privada, aí incluído o chamado “mercado popular”. Para essa faixa, às COHABs estaduais era outorgada a condição de agente promotor, cabendo a elas a articulação das ações. (Brasil, 1964)

Em seus primeiros anos de existência, o BNH não dispôs de recursos suficientes para amplas operações, o que foi alterado a partir de 1967, com a contínua injeção de recursos pelo recém-criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Assim, no período 1967-1970, o mercado popular foi o destinatário de verbas que oscilaram entre 14% e 18% dos financiamentos disponibilizados. (Fontes, 1986, p. 168)

Não por coincidência, em 1968 as remoções de favelas foram retomadas na Guanabara. Como forma de subordinar a gestão de Negrão de Lima – eleito governador em 1965 com uma plataforma que previa o recurso prioritário às urbanizações, ainda que não anatematizasse a via remocionista –, foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM). Vinculada ao Ministério do Interior, a CHISAM estabeleceu as diretrizes para a política habitacional dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, consumando uma profunda intervenção federal nos governos estaduais. Adicionalmente, foi incorporada ao esquema das remoções a Ação Comunitária Brasileira (ACB). Valendo-se dessa estrutura, a CHISAM comandou a fase mais ativa do remocionismo, que se encerraria com a extinção da própria Coordenação em 1973. (Pestana, 2022, p. 120-124)

Sociais, a qual priorizava uma política de urbanização das favelas articulada a medidas de controle das associações locais.

Feita essa recuperação, é possível passar para a apresentação dos dados, que se referem a três facetas constituintes da relação entre APHs/intelectuais orgânicos e aparato estatal. Começando pela participação de entidades representativas do capital do setor imobiliário na formulação da política habitacional nacional e guanabarina, com ênfase para as favelas, os dados estão sumarizados no Quadro 1:

Quadro 1. Espaços de diálogo entre representantes do setor imobiliário e operadores estatais

Nome	Atividades privadas	Cargo	Período
Haroldo Graça Couto	Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)/Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil da GB (SICCEG)/ Sócio e presidente da Graça Couto S.A. Indústria e Comércio	Representante do governo Lacerda em negociação junto ao governo Jânio Quadros	Jun.1961
Félix Martins de Almeida	Presidente do SICCEG/ Sócio e presidente da Construtora Martins de Almeida S.A.	Representante do governo Lacerda em negociação junto ao governo Jânio Quadros	Jun.1961
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)		Participação em Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério do Planejamento para discutir o sistema habitacional	1964
Sindicato da Indústria da Construção Civil da GB		Organização de debates com representantes do governo federal para debater propostas legislativas para o setor habitacional	Jul.1964
Clube de Engenharia		Análise de projeto de lei das incorporações em evento organizado em parceria com o governo federal	Ago.1964
Sindicato dos Corretores de Imóveis		Análise de projeto de lei das incorporações em evento organizado em parceria com o governo federal	Ago.1964
Clube de Engenharia		Participação institucional em Grupo de Trabalho do governo da Guanabara para pensar a questão das favelas e dos desabrigados pelas chuvas	Jan.1966-?
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais		Organização de debate entre iniciativa privada e o presidente do BNH	1966 (antes de agosto)
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais		Organização de debate entre iniciativa privada e o presidente do BNH	Set.1966

Clube de Engenharia		Participação institucional na Comissão Executiva da Política Habitacional da Guanabara (CEPE – 3)	Dez.1966-?
Sindicato da Indústria da Construção Civil da GB		Participação institucional na CEPE – 3	Dez.1966-?
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais		Participação remunerada em estudos relativos ao Plano Nacional de Habitação	1968

Fontes: “Construção de casas para o povo será item na reunião dos governadores”; “Incorporação terá abusos reprimidos”; “GT vê plano para abrigar favelados”; “Comissão tratará dos problemas de habitação da GB”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 28/06/1961. p.2.; 31/07/1964. p.9.; 25/01/1966. Capa.; 16/12/1966. p.7.; “Conselho vai lutar pela assistência de corretor na escritura dos imóveis”; “Aluguel vai ser calculado aplicando-se percentual sobre estimativa do valor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 08/05/1964. p.9.; 20/08/1964. p.5.; “Atividades do IPÊS/GB – 1966”; “Sem título” (carta ao general Gomes de Abreu); “Relatório das Atividades do Ipês/GB”; “Ata da reunião da diretoria do dia 14/6/68”; “Ata da reunião da diretoria do dia 26/7/68”. Arquivo Nacional. Fundo: IPES. Notação: QL.0.OFU.029. p.166.; Notação: QL.0.COR.010. p.184.; Notação: QL.0.CDI.006. p.111.; Notação: QL.0.OFU.020. p.35.; Notação: QL.0.OFU.020. p.47.

Na análise do quadro, destaca-se, em primeiro lugar, a variedade de entidades em que o empresariado do setor imobiliário se aglutinava. Para além dos sindicatos patronais estabelecidos pela legislação sindical dos anos 1930, é possível identificar, também, uma associação setorial de caráter nacional (CBIC), bem como uma entidade de cunho profissional, o Clube de Engenharia. Quanto a este, cabe destacar que a presença empresarial em seu interior tem sido constante ao longo de sua história, orientando parte significativa de suas campanhas e posicionamentos públicos. (Campos, 2014) Note-se, ainda, a marcante presença do já mencionado IPES, que colaborou na elaboração e na implementação de uma série de projetos de reforma do Estado brasileiro no pós-1964. (Dreifuss, 1981)

Em seu conjunto, essa gama de entidades revela a versatilidade da organização empresarial na sociedade civil, já indicada por Diniz e Boschi (1978). Com efeito, diferentes entidades poderiam servir a distintos propósitos, havendo complementaridade em sua atuação. Essa variedade indica, ainda, o caráter múltiplo das composições entre os empresários de um mesmo setor econômico, que poderiam estar associados em determinada entidade, mas separados em outra, a depender de fatores como natureza da atividade, montante do capital, trajetória individual, dentre outros. Conforme indicado pelo caso do IPES, tais composições poderiam, inclusive, ultrapassar os limites de determinado setor, originando articulações mais amplas no interior das classes dominantes, as quais, com suas disputas internas por protagonismo, expressavam a dinâmica de estruturação dos projetos hegemônicos.

Outro elemento a ser considerado é a concentração dos contatos entre APHs e aparato estatal em três conjunturas críticas para os rumos das políticas habitacionais. Em 1961, o debate sobre o tema começava a ser fortemente atravessado pela polarização política que marcaria os anos subsequentes. Nesse cenário, o presidente Jânio Quadros buscava superar o modelo de política habitacional aplicado desde o término

do Estado Novo, em consonância com o referencial estabelecido pela ALPRO. Nesse contexto de abertura para a proposição de novas linhas de ação, Jânio realizou uma reunião com representantes de numerosos estados, em que a delegação guanabarina foi composta por Felix Almeida e Haroldo Graça Couto, então dirigentes de APHs do setor imobiliário. O acúmulo da comissão refletiu reivindicações já apresentadas pelo empresariado do setor, destacando-se a demanda pelo financiamento governamental de um programa habitacional – que seria posteriormente implementado a partir das ações da COHAB e do BNH –, mas também a adoção de mecanismos de reajustamento dos contratos por empreitada. (Construção, 1961)

Já o ano de 1964 foi caracterizado, após o golpe, por um processo de reformulação das bases do mercado habitacional pelo regime ditatorial. Nessa conjuntura, estiveram em debate as leis que instituíram o SFH, alteraram a regulamentação do inquilinato e reorganizaram a atividade dos incorporadores, sacramentando o caráter mercantil da produção de moradias, aí incluído o mercado popular, no qual se inseriam os moradores das favelas. Tais mudanças, de profunda envergadura, foram vertebradas pelo acúmulo de discussões no interior do IPES, que formulou ou textos-base da maior parte dos mencionados diplomas legais. (Campos, 1994, p. 653-654)⁶ A origem das propostas em APH com presença de empresários do setor imobiliário não significou, entretanto, uma ausência de polêmicas. Convidado pelo próprio governo federal para opinar sobre os temas em discussão, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado da Guanabara (SICCEG) apoiou explicitamente os projetos que versavam sobre a criação do BNH e a regulação das incorporações, tendo, por outro lado, criticado duramente as propostas relativas à legislação do inquilinato. Em memorial sobre o anteprojeto que tratava do tema, a entidade chegou a afirmar que a política proposta retomava a lógica das medidas do presidente deposto João Goulart, “praticamente expulsando o investidor particular”. (Construção, 1964; Estatuto, 1964) Por fim, um novo ciclo de intensificação do diálogo verifica-se em 1966. No início daquele ano, fortes chuvas causaram inúmeros desabamentos na cidade do Rio de Janeiro, resultando em muitas mortes, inclusive, de moradores de diversas favelas. A partir desse acontecimento, diversos setores se articularam em uma campanha em favor da retomada das remoções, que objetivava pressionar o governador Negrão de Lima a se afastar do compromisso eleitoral com a urbanização das favelas. Como forma de lidar com tais pressões, Negrão organizou uma série de comissões para formular diretrizes de ação para o governo estadual, para as quais foram convidados representantes de APHs empresariais. Nesse contexto, Felix Almeida, então presidente do SICCEG e membro da CEPE – 3, defendeu de forma direta a remoção das favelas da cidade:

Enquanto num decreto o licenciamento de obras em encostas fica suspenso, nada se houve falar a respeito da eliminação das favelas, fato muito mais grave, pois elas são as principais causas para os deslizamentos de terra, uma vez que o local é desmatado para a construção dos barracos. (Impedir, 1967)

Em conjunto, esses três momentos indicam a continuidade e a abrangência dos espaços de diálogo entre operadores estatais e representantes dos capitais do setor imobiliário. Note-se, ainda, que em nenhum desses espaços estiveram representadas

⁶ “Reunião Extraordinária do Comitê Executivo em 3.6.63”. Fundo: IPES. AN. Notação: QL.0.OFU.010. p.252.; “Relatório das Atividades do Ipês/GB”. Fundo: IPES. AN. Notação: QL.0.CDI.006. p.106.

as entidades do movimento de favelas, como a FAFEG. Apesar de diferenças pontuais em relação a inúmeros temas, a atuação dos APHs ligados ao capital imobiliário nessas conjunturas pautou-se, centralmente, pela afirmação absoluta do caráter mercantil da moradia. Nessa perspectiva, as referências às favelas cumpriam uma dupla função: por um lado, de forma mais geral, oferecer uma figura dramática da crise habitacional que lastreasse os pleitos por subsídios à construção privada, mesmo quando não direcionada para os moradores de tais áreas; por outro lado, mais especificamente, tratava-se de advogar a remoção de favelas como forma de liberar terrenos e ampliar a demanda pela construção de conjuntos habitacionais.

Embora tivessem grande importância, os espaços de formulação das diretrizes das políticas públicas, quase sempre pontuais, com período de funcionamento rigidamente delimitado, não esgotaram o envolvimento empresarial com as políticas habitacionais. A presença de empresários do setor imobiliário e seus intelectuais orgânicos também foi constante nos órgãos da estrutura mais estável do aparato estatal, que eram encarregados da implementação das políticas públicas. No que se refere às iniciativas remocionistas, essa presença está retratada no quadro seguinte:

Quadro 2. Presença de empresários e intelectuais orgânicos nos órgãos encarregados da política habitacional

Nome	Atividades privadas	Cargo	Período
Sandra Cavalcanti	Membro do IPES/ Funcionária da Carvalho Hosken S.A.	Secretária dos Serviços Sociais (GB)	Dez.1963-Out.1964
		Presidente do BNH	Out.1964-Nov.1965
Carlos Moacyr Gomes de Almeida	Membro do IPES/ Sócio da Gomes de Almeida Fernandes Imobiliária S.A. (Gafisa)	Encarregado da carteira do BNH vinculada a cooperativas habitacionais	Out.1964-?
João Fortes	Membro do IPES/ Presidente do Sindicato da Indústria da Construção de Estruturas do Estado da Guanabara/ Sócio da João Fortes Engenharia	Encarregado da carteira do BNH vinculada a cooperativas habitacionais	1966
Mauro Viegas	Membro do IPES/ Sócio da Concremat	Presidente da COHAB	1966-1968
Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva	Membro do IPES	Presidente do BNH	Nov.1965-Jul.1966
José Cândido Moreira de Souza	Atuante no complexo IPES-IBAD	Conselheiro do BNH	Ago.1968-?
		Membro do grupo executivo da CHISAM	?-Fev.1969
Luiz Gioseffi Jannuzzi	Engenheiro de obras imobiliárias de empresas privadas/ Familiar dos proprietários da Sociedade Imobiliária Melhoramentos de Valença	Membro do grupo executivo da CHISAM	?-1969-?
Mário Trindade	Membro do IPES	Presidente do BNH	Ago.1966-Jun.1971

Fontes: Dreifuss (1981, p. 104; 446-447; 571; 636); CHISAM (1969); “Edifício Jutlandia”; “Previnal Comércio e Indústria S.A.”; “Aos sócios do Clube de Engenharia”;

“Ministério do Interior e Governo do Estado do Rio de Janeiro”; “Direção da COHAB anuncia conclusão de obras no Rio”; “Rio: população dobra em 15 anos”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 9/5/1950. p.7 da 2ª seção.; 31/12/1950. p.11 do 2º caderno.; 29/8/1962. p.5.; 04/10/1969. p.13.; 08/06/1967. p.12.; 27/08/1967. p.3.; “Vestibular – 74”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 15/1/1974. p.14.; “Sociedade Imobiliária Melhoramentos de Valença Ltda”. Disponível em: <https://www.cnpjconsultas.com/empresa/sociedade-imobiliaria-melhoramentos-de-valenca-ltda/33293671000147>. Acesso em 18/08/2018.

Diferentemente do quadro anterior, nesse caso, os postos eram ocupados por indivíduos discricionariamente selecionados, e não por representantes oficiais dos APHs. Essa forma de preenchimento dos cargos tinha o efeito de velar os vínculos mantidos por tais indivíduos com inúmeros APHs e, portanto, com setores do capital. Dessa forma, sua atuação aparecia como motivada por escolhas pessoais dos governantes, e não como expressão de projetos coletivos de frações de classe.

Na análise do quadro, destacam-se a recorrência de membros do IPES e a forte presença nos quadros do BNH. Como presidente do Banco, Sandra Cavalcanti esteve diretamente envolvida com a já referida reestruturação dos marcos legais do setor imobiliário, ao passo que seu sucessor, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva estabeleceu espaços de contato com empresários em torno do funcionamento do SFH, tornando-os seus interlocutores prioritários na condução do BNH.

Tais casos expressam a centralidade alcançada pelo IPES no processo de reestruturação do aparato estatal pela ditadura, bem como o papel estruturante do BNH na política habitacional, o que não significa que a conexão entre esses dois entes respondesse por todos os contatos entre empresariado e Estado. Um exemplo disso transparece na atuação de Mauro Viegas como presidente da COHAB. Em meio aos debates acerca da definição da política habitacional do governo Negrão de Lima, Viegas defendeu a política remocionista sob o argumento de que não mais do que 10% das favelas teriam condições de serem urbanizadas, contrapondo-se à posição mais ambígua de Vitor Pinheiro, titular da Secretaria de Serviços Sociais. (Plano, 1967; Direção, 1967; Rio, 1967) Assim, como operadores do Estado, os intelectuais orgânicos do capital imobiliário atuaram na formulação e implementação de políticas públicas alinhadas aos interesses do setor – aí incluída a remoção de favelas –, intervieram no debate público em defesa dessas linhas de ação e abriram o próprio aparato estatal para a presença frequente dos APHs e seus quadros.

Cabe ressaltar, por fim, que o trânsito entre sociedade civil e Estado não se dava em sentido único. Sem que esse constituísse o foco principal da pesquisa, localizei três casos significativos de operadores estatais de alto escalão que, após abandonarem cargos públicos, transitaram para a iniciativa privada:

Quadro 3. Operadores estatais que seguiram para a iniciativa privada

Nome	Cargo público	Atividades privadas
Carlos Lacerda	Governador da Guanabara (Dez.1960-Out.1965)	Sócio da Imobiliária Nova York (Nov.1965-?)
Sandra Cavalcanti	Secretária dos Serviços Sociais (GB) (Dez.1963-Out.1964) Presidente do BNH (Out.1964- Nov.1965)	Funcionária da construtora Carvalho Hos- ken S.A. (?-1974)
Francisco Negrão de Lima ⁷	Governador da Guanabara (Dez.1965-Mar.1971)	Presidente da Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro (Jun.1975-?)

Fontes: Dulles (2000, P. 426-427); Faulhaber (2016, P. 71); Malin (s.d.)

Ao oferecer posições de grande importância a ex-operadores do aparato estatal, os empresários eram movidos por um cálculo fundamentalmente individual. Seu objetivo primordial era se beneficiar dos contatos e do conhecimento do funcionamento da máquina estatal detidos por tais agentes para obterem vantagens para as suas próprias empresas. Ao fazê-lo, entretanto, acabavam agindo, também, em favor do conjunto do capital atuante no setor imobiliário, uma vez que as movimentações dos contratados poderiam resultar em políticas públicas que oferecessem possibilidades de ganhos para diversas empresas. A recorrência desse tipo de relação evidencia, ainda, que a possibilidade de obtenção de cargos bem remunerados na iniciativa privada poderia figurar no horizonte dos agentes públicos mais graduados, possivelmente vinculando a adoção de políticas públicas a interesses econômicos próprios, se não imediatos, ao menos como expectativas futuras.

4. As relações Estado-sociedade civil no Brasil em perspectiva histórica

O conjunto de informações organizado nos três quadros indica que qualquer interpretação do remocionismo que se pautar pela dicotomização de sociedade civil e Estado é insuficiente para explicar a emergência e a dinâmica de tal política pública. Longe de constituírem instâncias opostas, o que se verificou foi a contínua relação entre organismos das duas esferas. Nesse sentido, para além dos contatos já indicados pela bibliografia analisada no início do presente artigo, a qual tende a projetar a imagem de uma fronteira bem definida entre ambas, o que se evidencia é uma profunda interpenetração. Entidades oriundas da sociedade civil compuseram formalmente organismos estatais e houve um intenso trânsito de indivíduos entre as partes.

No âmbito do presente texto, essa percepção emergiu da conjugação de uma investigação empírica com a aproximação em relação à tradição gramsciana de pesquisas acerca das relações entre empresariado e Estado. Indubitavelmente, trata-se ainda de um esforço inicial, que se caracteriza centralmente por levantar questões e possibilidades analíticas, não havendo pretensão de exaurir o tema. Apesar disso, a discussão empreendida permite a apresentação de algumas proposições relativamente mais amadurecidas.

Em primeiro lugar, as evidências apresentadas ao longo do texto sugerem a confirmação da hipótese inicialmente apresentada, de que o empresariado do setor

⁷ Antes de assumir o mandato como governador, Negrão de Lima havia atuado como advogado do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro.

imobiliário não foi um beneficiário passivo da política de remoções de favelas, mas um agente decisivo em sua elaboração e implementação efetiva, por meio de diversas modalidades de penetração de seus aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos no aparato estatal. Tal empresariado pode, portanto, ser considerado um “sujeito oculto” das remoções, tendo atuado em diversos âmbitos da política habitacional, aí incluídas as iniciativas voltadas para as favelas, ainda que o fazendo segundo as mediações de seus APHs e do próprio aparato estatal.

94

Indo além, a associação do estudo desse caso particular com o recurso a uma bibliografia mais abrangente sobre a ação empresarial, permite que se avance na compreensão da dinâmica mais geral do processo de desenvolvimento das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. Tensionando o instrumental teórico gramsciano a partir da trajetória histórica do Brasil, Virgínia Fontes argumentou que a elevada assimetria no processo de articulação das duas esferas inaugurada pelo Estado Novo varguista seria característica de um processo de ampliação seletiva (ou unilateral) do Estado no país. Em suas palavras:

Ao incorporar, paulatina e progressivamente, segmentos empresariais organizados, produziu-se um Estado nacional forte na defesa dos interesses que o integram. Forte também no uso indiscriminado da coerção aberta e seletiva contra a associatividade popular, assegurando que a “ampliação” do Estado ocorra unilateralmente. (Fontes, 2005, p. 281)

Especificamente no tocante às remoções e à política habitacional, na medida em que o desequilíbrio no acesso dos diferentes agentes ao Estado se manifestou tanto em regime democrático, quanto durante a vigência da ditadura, em âmbito federal e estadual, é possível afirmar que esse exemplo corrobora os apontamentos de Fontes, iluminando um traço estruturante do Estado brasileiro das décadas intermediárias do século XX. O mesmo caso, entretanto, nos fornece elementos que permitem estabelecer algumas distinções no ritmo de desenvolvimento desse processo. Nesse sentido, a ditadura empresarial-militar de 1964 constitui um marco significativo, acelerando a dinâmica de ampliação seletiva, reprimindo ainda mais duramente a associatividade dos favelados e transformando os espaços estatais em pontos de articulação e composição dos interesses das diferentes frações de classe empresariais, com importante participação do setor da construção, conforme já indicado por Pedro Campos (2014). Não à toa, foi precisamente durante o regime ditatorial que a imbricação entre APHs e intelectuais orgânicos vinculados ao setor imobiliário e o aparato estatal se aprofundou e as remoções experimentaram seu auge em termos de escala e brutalidade.

Referências

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008.
- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011[1982].
- BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em morros cariocas. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- BRUM, Mario. *Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1972]).
- CONSTRUÇÃO de casas para o povo será item na reunião dos governadores. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 28/06/1961. p.2.
- CONSTRUÇÃO Civil pede que nova lei libere alugueis novos e aumente os antigos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 11/07/1964. p.9.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- DIREÇÃO da COHAB anuncia conclusão de obras no Rio. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 08/06/1967. p.12.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Vol 2: 1960-1977. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ESTATUTO imobiliário é bom para construtores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 29/10/1964. p.5.
- FAULHABER, Lucas. *Jogo imobiliário carioca*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FONTES, Virginia Maria Gomes de Mattos. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- _____. *Continuidades e rupturas na política habitacional brasileira, 1920-1979*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013.

- GUSMÃO, Hugo. *Um olhar através de mapas na política que barra negros e pobres na cidade do Rio de Janeiro*. 23/10/2015. Disponível em: <<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/10/23/um-olhar-atraves-de-mapas-na-politica-que-barra-negros-e-pobres-na-cidade-do-rio-de-janeiro-2/>>. Acesso em 18/11/2024.
- IMPEDIR obras nas encostas é demagogia, diz construtor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 23/2/1967. p.14.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. “Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social”. In: LEEDS, Anthony. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.186-263.
- LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989.
- MALIN, Mauro. *Francisco Negrão de Lima*. s.d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-negrao-de-lima>. Acesso em 14/06/2020.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- _____. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos*, Vol.1 esp., 2007. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/vol_especial/dossieespecialart01.pdf>. Acesso em 18/11/2024.
- MOTTA, Marly da Silva. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- OAKIM, Juliana. “*Urbanização sim, remoção não*”. A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2007.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Trad. de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [1976].
- PESTANA, Marco Marques. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados, 1957-1973*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.
- PLANO urbaniza as favelas e mantém os seus moradores. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 02/03/1967. p.2.
- PORTES, Alejandro. “Política habitacional, pobreza urbana e o Estado: as favelas do Rio de Janeiro, 1972-76”. *Estudos Cebrap*, n.22, São Paulo, out/dez 1977. pp.131-161.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. de Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1981[1978].
- RIO: população dobra em 15 anos”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27/08/1967. p.3.
- THOMPSON, Edward P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

VALLA, Victor Vincent (coord.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1978].

Fontes

Arquivo Nacional. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

BRASIL. Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm. Acesso em 12/03/2019.

CAMPOS, Roberto. *Lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CHISAM. *Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – Origem – Objetivos – Programas – Metas*. Rio de Janeiro: 1969.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1950-1969.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA GUANABARA (IDEG). *A interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, 1968.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1964-1974.

Recebido em 03 de dezembro de 2024

Aprovado em 09 de dezembro de 2024